

O Livro Didático Como Objeto de Pesquisa em História da Educação

Nayana R. C. Mariano*

Apesar de ilustre, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantando seu 'prazo de validade'. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999: 120)

A história cultural, em especial, o estudo das representações, tem se firmado entre os historiadores que se interessam pela compreensão das sociedades históricas a partir da análise dos seus discursos, das suas idéias, imagens, versões, comportamentos e práticas que integram a complexa e dinâmica investigação cultural. Nesse contexto, a História da Educação ganhou um espaço de destaque para tais análises, pois, a partir dela, podemos entender um período, uma temporalidade, aliás, carregada de sentidos, uma vez que os fenômenos educacionais/educativos são manifestações da mais alta significação em relação à cultura de uma determinada sociedade. É também no âmbito educacional que se produzem/reproduzem conhecimentos e saberes. Entender todos esses fenômenos na sua historicidade é uma das preocupações da História da Educação.

A História da Educação surgiu com o propósito de colaborar para a organização pedagógica e, enquanto disciplina, nasceu no final do século XIX, em especial nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores. Desde a sua concepção, sempre possuiu uma íntima relação com a Pedagogia, o que a caracterizou como um ramo desta.

As práticas pedagógicas e o caráter utilitário do sistema educacional marcaram, durante décadas, os trabalhos de História da Educação. Tudo o que era escrito e pensado se referia à solução prática dos problemas de ensino, bem como à formação de professores. Como herança desse período, a História da Educação sofreu uma certa

* Mestre em Educação e Professora Substituta do Departamento de História da UEPB.

marginalização na sua trajetória, o que dificultou o seu estabelecimento como uma área de estudo autônoma (LOPES; GALVÃO, 2001).

Como campo de pesquisa, a História da Educação é relativamente nova e, de acordo com Scocuglia (2003), graças às “amplificações historiográficas”, aos avanços nas discussões teórico-metodológicas, a História da Educação vem sendo considerada História:

Como é possível conhecer a história de um indivíduo, de um grupo, de um país...sem compreender suas educações, suas escolas, suas pedagogias? Como subsistiria uma história das ‘representações’, ou história das ‘práticas culturais’, sem o entendimento do educativo pedagógico, seja ele escolar ou não? Certamente incluindo a História da Educação, da escola, da pedagogia, dos educadores, da legislação educacional etc, na chamada história cultural. (SCOCUGLIA, 2003: 89-90)

Atualmente, as pesquisas desenvolvidas nesse campo são muito inovadoras e frutíferas. Para Lopes e Galvão (2001), essa mudança de perspectiva foi e está sendo influenciada por duas tendências historiográficas: o Marxismo e a Nova História.

Segundo as referidas autoras, Louis Althusser (1918-1990) e Antonio Gramsci (1891-1937) foram os pensadores mais estudados nos anos de 1970 no Brasil. O Marxismo contribuiu, assim, de forma decisiva, na maneira de se pensar, entender e pesquisar a História da Educação, indicando-lhes novas abordagens, categorias sociais, fontes e objetos de pesquisa.

Alguns estudiosos, porém, enfocaram a análise dos seus trabalhos apenas nas configurações econômicas e políticas. Assim, “os aspectos econômicos e políticos de uma determinada época serviam para explicar (quase) tudo” (LOPES; GALVÃO, 2001: 37), o que empobreceu a feitura de muitos trabalhos que seguiram essa perspectiva.

Atualmente, a Nova História, especialmente a Nova História Cultural, tem influenciado a História da Educação. Esse movimento surgiu na década de 1920, na França, com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, uma iniciativa de Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944), que “pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova da história.” (BURKE, 1997: 33).

A *Escola dos Annales*, como ficou conhecida, surgiu como uma insatisfação em relação à história política convencional, na busca por uma substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos, com total repulsa à história linear e acontecimental. Seus idealizadores objetivavam uma história-problema, interdisciplinar, como forma de superação da historiografia metódica e positivista do século XIX.

Essa inovação proposta pelos *Annales* buscava uma história das atividades humanas e não apenas uma história política, diplomática e factualista. Nesse contexto, a história passou a ser entendida como produto do historiador, não havendo, assim, uma realidade pronta e acabada. Essas características marcaram a primeira fase do movimento.

Na segunda fase, Fernand Braudel (1902-1986) foi um dos principais inspiradores e contribuiu com os conceitos de conjuntura e estrutura, o que trouxe mudanças na concepção de tempo histórico, que deixou de ser linear e progressiva, alcançando a idéia de duração, isto é, o tempo histórico passou a ser visto como múltiplo, diverso, complexo e nele observamos mudanças e permanências:

o historiador dos Annales abordou a história com um ‘novo olhar’, isto é, com uma nova representação do tempo histórico. Ao se aproximarem das ciências sociais, os Annales realizaram uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico, ou melhor, uma renovação profunda, uma mudança substancial na forma de sua compreensão, mas sem perder a sua ligação com o projeto inaugural de *Heródoto*: ‘conhecer as mudanças humanas no tempo’. (REIS, 2000: 15)

Nos anos de 1960, emergiu a terceira fase, e o movimento foi marcado por uma espécie de fragmentação, com uma historiografia diversificada e com uma ampla abordagem na história sociocultural.

Dentro das várias inovações propostas pelos *Annales* está o diálogo com diversas áreas, e na terceira geração essa interdisciplinaridade tornou-se mais ampla, bem como o alargamento no conceito de fontes históricas, entendidas como qualquer vestígio deixado pelas sociedades passadas. De acordo com Burke (1997):

[...] a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi **expandir o campo da História por diversas áreas**. O grupo ampliou o território da História, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais

negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de **novas fontes** e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. (p.126, grifos nossos)

Assim, a História da Educação vem conquistando seu espaço e ganhando um novo olhar por parte dos pesquisadores e estudiosos. Tais contribuições têm proporcionado uma rediscussão e uma ampliação dos temas e objetos estudados. Com o aumento dos assuntos abordados pela História da Educação, os pesquisadores foram problematizando, incorporando e ampliando o uso de novas fontes.

Nesse contexto, o livro didático surgiu como um objeto riquíssimo de pesquisa, pois, a partir das influências e contribuições postas pelas tendências historiográficas anteriormente citadas, esses manuais escolares passaram a ser estudados de forma mais ampla e crítica.

Atualmente, o livro didático não é mais entendido como uma produção isenta de parcialidade, visto que traz consigo influência das políticas educacionais em voga, do mercado editorial, das vinculações teórico-metodológicas do autor, enfim, de uma gama de fatores que influenciam essa produção. Logo, o livro didático deve ser entendido como um *objeto cultural* (CHARTIER, 1990), pois possui uma grande variedade de conotações. Dessa forma, abre-se um leque de discussões e análises que, anteriormente, eram ignorados em estudos dessa natureza. Ele está inserido em um contexto político, econômico, social e cultural e deve ser analisado como tal:

As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros. (CHARTIER, 1999: 8)

Com esse novo olhar sobre os livros didáticos, diferentes temáticas e perspectivas devem ser consideradas, uma variedade de campos de conhecimento podem verticalizar questões ligadas a sua produção, circulação, mudança/permanência, valores, conteúdos, usos e práticas, bem como aos diferentes agentes que estão envolvidos: autores, editores, autoridades, alunos e professores.

O livro didático é um objeto de pesquisa importante na História da Educação, pois ele acompanha os alunos em todas as fases da aprendizagem, é portador de uma memória nacional, possui um valor cultural e merece todo o nosso respeito, porém, não vem recebendo um tratamento adequado, visto que, não vem sendo preservado.

Diante do exposto, podemos perceber que o livro didático constitui uma fonte privilegiada de pesquisa, contudo, é pouco valorizado pela nossa sociedade, é um objeto visto como de segunda categoria, que tem um uso efêmero, pois é destinado a uma determinada série e por um determinado período letivo, o que acarreta um processo seletivo e seu conseqüente descarte:

Pouquíssimos são os espaços dedicados à preservação da memória nacional ou regional da educação. Daí a dificuldade que temos de acesso a fontes nessa área. Na verdade, a pesquisa histórica em educação requer que realizemos um verdadeiro trabalho de ‘garimpagem’ sobre fontes na área educacional. (CORRÊA, 2000: 13)

Em um estudo realizado na década de 1980, esse descaso foi percebido por pesquisadores que concluíram: “apenas 32.7% das escolas públicas conservam o livro pelo período de três anos, que, segundo os professores entrevistados, é o período oficialmente reconhecido pelo PLIDEF[†] como o tempo de vida útil de um livro.” (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984: 101). Nessa pesquisa, 61.8% das escolas públicas analisadas utilizavam os livros por menos de três anos. Os autores, então, tentaram entender as razões para a “substituição freqüente dos livros”, e constataram que 55.5% das escolas mudavam os livros pelo “envelhecimento do conteúdo e forma”. Dessa amostra, 27.8% dos entrevistados fizeram referência à “pressão das editoras” que estimulavam a troca, enquanto 16.7% dos professores apontaram como causa da substituição a “imposição da escola”.

Ainda com relação ao valor dado aos livros didáticos, para o mercado editorial é um material extremamente valorizado e por isso é rapidamente descartado, o alto volume de tiragem e circulação mostram bem essa relação.

As editoras têm um papel fundamental nessa substituição. Essa indústria cultural que transformou o livro didático numa mercadoria, faz com que os novos lançamentos substituam rapidamente os livros de anos letivos anteriores. Segundo a referida

[†] O Programa do Livro Didático Para o Ensino Fundamental foi criado em 1980.

pesquisa, 70.5% das escolas têm acesso aos lançamentos através de propagandas das editoras. Os livros, assim, passaram a ser cada vez menos reutilizados e, conseqüentemente descartados, ou seja, não são guardados ou preservados.

A mesma pesquisa demonstrou que menos de 50% das escolas conservavam e armazenavam esse material, ficando evidente que, apesar da maioria das escolas possuírem um espaço físico que poderia ser utilizado para esse fim, isso não ocorre, provavelmente pela falta de uma política de incentivo à preservação desses manuais.

Tal constatação é feita a partir de um passeio por nossos arquivos e bibliotecas, onde esses manuais não são catalogados e guardados, isto é, raramente são encontrados nas prateleiras dessas instituições. Consideramos esse um fator determinante para o anonimato do livro didático e para a memória coletiva que está perdendo uma fonte significativa para a história do pensamento e das práticas educativas. Felizmente, algumas iniciativas começam a mudar esse quadro, é o caso da Biblioteca do Livro Didático, na Faculdade de Educação da USP, implantada pela professora Circe Bittencourt na década de 1990.

Mas, o que fica evidente, é o total descaso com os livros escolares mais antigos, que, como foi dito anteriormente, não foram conservados, e essa prática tem contribuído para a não preservação dessas fontes atualmente. Mas, como chama a atenção Bloch (1963), ao discutir a *transmissão dos testemunhos*:

Ao contrário do que parece por vezes imaginar os principiantes, os documentos não surgem, aqui ou acolá, por artes mágicas. A sua presença ou a sua **ausência**, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que **de maneira alguma escapam à análise**, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. (p. 65-66, grifos nossos)

A dificuldade de encontrarmos livros didáticos tanto antigos quanto os mais recentes, isto é, a falta desse material em arquivos, bibliotecas e acervos em geral, nos mostra como esses manuais são pouco valorizados na nossa sociedade. As ausências, por si só, revelam uma face da cultura em que esses livros estão inseridos, mas como salienta Ferro (1989: 2), “os silêncios são tão história quanto a história”. Assim, nesse

processo de produção do conhecimento histórico, o livro didático pode e deve sair do seu anonimato. Apesar das lacunas, das limitações impostas pelo próprio estado de preservação, das próprias limitações que envolvem qualquer tipo de pesquisa, esses manuais merecem ser resgatados de muitas perspectivas que o retiraram de cena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História)- USP, São Paulo, 1993.
- _____. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1963.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary del Priore. Brasília: UnB, 1999.
- CORRÊA, Rosa L. T. O livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação. **Cadernos Cedes**, São Paulo, ano XIX, nº 52, p. 11-24, nov, 2000.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- LOPES, Eliane M. T; GALVÃO, Ana M. de O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP e A, 2001. (Coleção O Que Você Precisa Saber)

- OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. **A política do livro didático**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Summus, 1984.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCOCUGLIA, Afonso C. História, história da educação e crise de paradigmas. In: _____; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Orgs.). **Educação e história na Brasil contemporâneo**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003. p. 63-94.